

PARECER JURÍDICO

PROCESSO LEGISLATIVO

Trata-se de projeto de lei que visa "Instituir o Dia Municipal do Voluntário, a ser comemorado, anualmente, no dia 28 de agosto, e o inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Montenegro".

A mensagem justificativa assim é apresentada:

O presente Projeto de Lei tem como objetivo reforçar a importância de todos os voluntários, por sua paciência, doação, dedicação, para ser comemorado no Dia Nacional do Voluntário.

Lembrando que, além de ser um reconhecimento para essas pessoas que fazem a diferença, também se torna um incentivo para que mais pessoas se solidarizem em apoiar e ajudar o próximo para tornar esse trabalho ainda mais gratificante.

O voluntariado também pode ser transformador para a carreira profissional, pois permite o desenvolvimento de habilidades como liderança, trabalho em equipe e resolução de problemas, além de possibilitar a ampliação da rede de contatos e a exposição a novas experiências e desafios. Portanto, o trabalho voluntário é uma via de mão dupla, onde todos são beneficiados e podem experimentar mudanças significativas em suas vidas.

Recomenda-se que a Sessão Solene anual para homenagear associações, clubes, organizações, entidades e grupos de trabalho voluntário seja realizada no mês em que ficará instituído o Dia do Voluntário. É sempre importante demonstrar e fazer essas pessoas sentirem que fazem parte da construção de um mundo melhor, mostrando a força que passam a ter quando se organizam em solidariedade coletiva, sendo a melhor forma de amor ao próximo.

O Dia Municipal do Voluntário vem contribuir para o exercício da cidadania, bem como para manutenção e desenvolvimento de iniciativas de diferente natureza, e, acima de tudo, para que o Município conte, de forma gratuita, com valorosas participações nos mais diversos segmentos.

Relatei.

O projeto trata de assunto de interesse local (art. 30, inciso I, da Constituição Federal), razão pela qual está na esfera de competência legislativa do Município.

A espécie normativa eleita (lei ordinária) é adequada, na medida em que o projeto não trata de matéria constante do rol previsto no art. 50 da Lei Orgânica do Município.

Como o projeto não cria atribuições aos órgãos do Poder Executivo, nem gera despesas ao Erário, a sua iniciativa é concorrente (Legislativo e Executivo). Não há vício de origem, portanto.

Sugiro que seja suprimido o art. 3º do presente Projeto de Lei, em virtude do mesmo tratar de matéria atinente à competência da Mesa Diretora, haja vista que a mesma é que tem as prerrogativas para a alteração do Regimento Interno da Casa Legislativa, então corpo legal onde são tratadas as matérias atinentes à instituição de Sessões Solenes.

Assim sendo, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade do projeto e boa técnica legislativa.

Montenegro/RS, 21 de julho de 2023.

Adriano Bergamo

Consultor Jurídico – OAB/RS 65.961